

Planalto é contra a limitação do prazo para divulgação de pesquisa

O Palácio do Planalto considera inconstitucional a limitação do prazo para divulgação de pesquisas, determinada pela Câmara dos Deputados na lei eleitoral, mas o presidente não pretende usar o seu poder de veto para alterar o projeto aprovado pelos parlamentares. O entendimento de Sarney, segundo seus assessores, é de que o caso deva ser solucionado entre os poderes Legislativo e Judiciário antes mesmo de ser submetido à sanção do presidente, informa a Agência Globo.

Qualquer veto à lei eleitoral submeteria o presidente, que quer manter-se afastado do processo sucessório, a um desgaste desne-

cessário, explicam seus auxiliares. Para evitar que Sarney subscreva um dispositivo inconstitucional, o governo vai estimular e subsidiar a iniciativa de parlamentares ligados ao Palácio do Planalto na defesa imediata da liberalização das pesquisas através do Judiciário.

Na noite de ontem, logo depois da aprovação do projeto de lei eleitoral, na Câmara dos Deputados, o presidente transmitiu essa orientação ao senador Edson Lobão, que se comprometeu a articular, no Congresso, a derrubada do dispositivo por meio de recurso de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.